# V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO













# RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CLIMÁTICOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

# Autor(res)

Thiago Luiz Sartori Brunna Tertulina Da Costa Bárbara Graziele Ferreira Da Silva

# Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

## Instituição

UNINOVE - UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO

### Introdução

Ás mudanças climáticas estão cada vez mais perceptíveis, afetando o estilo de vida de nós seres humanos , um dos maiores prejudicados pelas mudanças repentinas climáticas, causando diversos problemas de saúde devido ao calor excessivo, e ao frio extremo, não há mais um meio termo, está tudo em excesso. As mudanças climáticas, impactam diretamente na saúde das pessoas, e claro que é de responsabilidade civil coletiva, daqueles que vem causando poluição ao meio ambiente através da emissão de gases de efeito estufa. Além disso o aumento significativo das temperaturas , tem causado também grande impacto nas plantações e na agropecuária, gerando cada vez mais impactos irreversíveis.

Dessa forma é necessário avaliar os danos e impor medidas jurídicas impondo limites as emissões de gases de efeito estufa por empresas , industrias. É necessário utilizar ferramentas de responsabilização para essas empresas caso ultrapassem esses limites estabelecidos.

# Objetivo

Este trabalho tem como objetivo a análise de riscos ambientais devido as mudanças climáticas, além de mostrar a responsabilidade civil daqueles eminentes causadores de poluição, através dos gases de efeito estufa , também temos como objetivo mostrar meios de prevenções e medidas judiciais, tendo em vista que há na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

#### Material e Métodos

O estudo referente ao tema , utilizou como metodologia a junção de diversos artigos que abordam o tema, foi utilizado também buscas no google acadêmico para maior entendimento do que de fato estávamos abordando no tema, também foi utilizado uma breve pesquisa na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, houve também uma pesquisa no site da assembleia legislativa para consulta de leis a respeito do tema.

# Resultados e Discussão

Por fim , ações para combater as mudanças climáticas , reduzir os lixos , isso pode ser feito por todos os civis , redução de gases que poluem a atmosfera , essa medida cabe as industrias e empresas, preservar áreas verdes e

# V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO













incentivar a economia local. Alguns desafios da responsabilidade civil por danos climáticos são: A necessidade de repensar as políticas de prevenção e proteção ambiental, necessidade de repensar a forma como o Estado responde aos desastres,

A dificuldade de estabelecer o nexo causal entre as atividades humanas e os danos causados pelo clima . Já em contrapartida as perspectivas são: A responsabilidade civil ambiental é objetiva, ou seja, não é preciso provar dolo ou culpa para que o causador do dano seja obrigado a reparar. A responsabilidade por danos ambientais tem aspectos penal, administrativo e civil . A responsabilidade dos estados está vinculada a princípios jurídicos reconhecidos no direito internacional.

#### Conclusão

Por fim , podemos concluir que de fato a responsabilidade civil é um conjunto que não só responsabiliza as empresas, industrias, mas também todos nós civis que podemos contribuir da nossa forma para ajudar o meio ambiente a não entrar em colapso total, a Lei 13.798/2009 e a Lei 14.904/2024 abordam a responsabilidade civil por danos climáticos.

#### Referências

#### Lei 13.798/2009

- Estabelece o compromisso do Estado com as mudanças climáticas globais
- Determina que o causador do impacto ambiental deve arcar com o custo do dano
- Define princípios como a precaução, a prevenção e o poluidor-pagador
- Estabelece que a sociedade civil deve participar de processos consultivos e deliberativos

# Lei 14.904/2024

- Define diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima
- Altera a Lei 12.114/2009
- Complementa a Lei 12.187/2009, que estabeleceu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).